

Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal

JUSTINO PEREIRA DE MAGALHÃES (*)

Este texto é constituído por duas partes complementares, visando a primeira delas uma informação sobre o fenómeno e o perfil do alfabetizado no Antigo Regime, enquanto a segunda se confina a objectivos de natureza metodológica. Esta diferenciação entre um registo escrito, centrado na informação e um registo mais demonstrativo e instrumental, deve-se a uma procura de maior fluidez para a primeira parte do texto. O referente principal deste estudo é o caso português, embora não de forma exclusiva. De igual modo a bibliografia referida se centra nas questões da investigação sobre a história da alfabetização em Portugal.

I

1. LER, ESCREVER, CONTAR: UMA FORMAÇÃO BÁSICA

Do ponto de vista da história da alfabetização, o conceito de alfabetismo, traduzindo as capaci-

(*) Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

dades e formas de utilização da cultura escrita no quotidiano, é uma noção a construir em conformidade com as circunstâncias linguísticas, sociológicas, antropológicas, pedagógicas. É no entanto um conceito que tende a traduzir práticas literárias que se situam no limiar do analfabetismo alfabético.

No decurso dos três séculos do Antigo Regime, os processos de iniciação alfabética tendem a escolarizar-se, processo de escolarização que, em finais do século XVIII, se apresenta estruturado em torno de três competências básicas fundamentais: ler, escrever, contar, para além de uns rudimentos de catecismo e civilidade. Todavia, muito embora a iniciação alfabética fosse um meio de acesso àquelas noções fundamentais, o reconhecimento da necessidade e das vantagens da iniciação alfabética não se traduziu na sua universalização. Com efeito, para além de haver um grande número de excluídos, ler e escrever eram competências que até então marcavam a iniciação a uma cultura humanista, enquanto, por seu turno, ler e contar se associavam a um perfil de mercantilização. Aristocrata e comerciante constituíam, por consequência, dois modelos, dois tipos de vida que correspondiam a formações e competências distintas. De igual

modo, como de uma forma geral a aprendizagem da escrita se iniciava após a aprendizagem da leitura, não apenas pode acontecer que boa parte dos aprendizes se hajam confinado à leitura, como ainda, na generalidade dos casos, o nível de realização através da escrita possa não haver correspondido ao grau de perfeição obtido na leitura, situação todavia documentalmente difícil de comprovar.

Por outro lado, se o processo de iniciação à cultura escrita decorreu a partir da exercitação gráfica do próprio nome, é muito provável que, nestas circunstâncias, se tenha verificado uma relativa simultaneidade de aprendizagem da leitura e da escrita. Este fora o processo mais usual fora dos mestres credenciados, uma vez que estes iniciavam o seu ensino pelo abecedário e pela silabação.

No decurso do século XVIII, reforça-se o sentido de síntese que se iniciara nos finais do século anterior, quer no que se refere a uma noção de instrução elementar, centrada na complementaridade das capacitações de ler, escrever, contar, quer ainda no que se refere a uma racionalidade pedagógica que colhesse as vantagens da aprendizagem da leitura e da escrita em simultâneo.

2. LER E ESCREVER PARA QUÊ?

Vários factores contribuíram para o desenvolvimento histórico de processos de centralidade da formação humana e cívica, em torno da cultura escrita e para uma valorização destas práticas face ao quotidiano – factores ligados à economia social, estatal e individual, nomeadamente as práticas de contabilidade, orçamento, registo e contrato; factores de distinção, afirmação e desenvolvimento das estruturas do público e do privado, sob lógicas de reciprocidade e de oposição, nomeadamente no que se refere à génese e organização do Estado, à difusão e normatização de leis e regulamentos de vária natureza, à participação, burocratização e comunicação entre o Estado e os súbditos, entre os diversos membros das estruturas públicas e comunitárias; factores ligados à mobilidade pessoal, grupal e mercantil; factores ligados à formação de ciclos de opinião e de comunalidade de usos e práticas.

Todavia, o desenvolvimento e a vulgarização

das competências e práticas nos domínios da leitura e da escrita, traduzindo-se em diferentes formas e níveis de apropriação e de utilização, estão também profundamente marcados por factores ligados à vernaculização dos códigos alfabéticos, às condições de acesso à cultura escrita e à valorização antropológica e cultural. De facto, os principais meios de circulação do escrito, no decurso do Antigo Regime, são o religioso, o científico, o cívico, centralizado em torno das questões de Estado, questões legislativas, judiciais e tributárias, questões de controlo de propriedade, pessoas, bens e produtos. Também no foro do privado se desenvolvem práticas e meios de circulação da leitura, da escrita e da contagem. A mecanização da tipografia, o desenvolvimento de meios de comunicação a distância, nomeadamente o livro, a folha, a carta, favorecem a fixação e a comunicabilidade do pensamento e geram novas leituras da realidade. Neste aspecto, a expansão ultramarina, a colonização, a missão e a emigração foram estímulos fundamentais para o incremento da comunicação escrita.

As próprias noções de família e de genealogia se reforçam na sua estrutura matricial, em torno de registos de propriedade, da construção de memoriais, da noção de arquivo e de biblioteca. O sentido gregário dos grupos e agremiações que marca os finais do século XVII e o século XVIII, fica em muito a dever-se a novas práticas da leitura e da escrita. Relativamente às comunidades rurais, os factores concelhio e urbano, materializados na aplicação de justiça, na participação cívica, nas tensões e ajustamentos tributários, estruturam-se a partir de bases escritas. Também o religioso se reorganiza a partir da fixação em vernáculo dos textos sagrados e da sua difusão através da multiplicação de registos escritos. As mensagens religiosas passam a estruturar-se na base de pergunta-resposta e a informação, transmissão e verificação do saber catequístico passam a fazer parte e, não raro, a centralizar e traduzir o comportamento religioso. Esta cultura religiosa, sob a forma de diálogo, esta iluminação da vida e das práticas a partir do discurso «sagrado», tornando legítima a confissão, o arrependimento e a remediação, através do simbólico, constituem uma verdadeira mudança antropológica nos comportamentos individuais e comunitários.

Catecismos, editais, cartilhas de ler e escrever,

alvarás e avisos, tratados de diversa natureza nos domínios científico e técnico, registos diversos, acordos, tratos e contratos, testamentos, sentenças, folhas volantes e gazetas são alguns dos espécimes escritos mais frequentes. O livro, organizado em capítulos que se subdividem em lições, correspondendo a sessões de leitura, torna-se gradualmente o suporte mais estruturado e característico da cultura escrita, no Período Moderno.

3. O PERFIL DO ALFABETIZADO: APROPRIAÇÃO E USO DA CULTURA ESCRITA

Leitor e escrevente, dando natural sequência a um «praticante», falante autorizado, agora capacitado para ler, decodificar e interpretar mensagens contextualizadas, podendo ainda registar por escrito pequenas outras mensagens, num esforço de tradução mediatizando entre a escrita e a oralidade, eis substantivada a noção de alfabetizado, para o período que antecede uma escolarização generalizada. Que é a margem de «preversão» resultante, na sua generalidade de aplicações criativas dos códigos e símbolos gráficos e lexicais a um quotidiano em mudança que verdadeiramente caracteriza o alfabetizado do Antigo Regime. Ironicamente, poder-se-á dizer que são o grau e a natureza dos erros como contraponto à sua capacidade inventiva, na tradução escrita das situações do quotidiano, que marcam a verdadeira especificidade deste alfabetizado.

Todavia, quantos leitores foram escreventes? Quantos assinantes haveriam sido capazes de ir mais além na redacção de mensagens? Como se articulam, avaliam e explicam os erros a que se aludiu, por referência aos avanços da gramaticalização e da normatização ortográfica e semiótica, às características e limitações de natureza pessoal, psicofisiológicas?

Nobres, clérigos e burgueses são categorias sociológicas que no decurso do Antigo Regime se apresentam, de uma forma geral alfabetizados, embora os níveis de cultura escrita possam variar de um para outro sexo e no seu dia-a-dia, ou em viagens de negócios, estes estratos sociais se façam acompanhar de escrevões ou secretários. Todavia, viver nas cidades ou outros centros urbanos, não correspondia necessariamente a ser alfabetizado. Com efeito, os pequenos comerciantes e donos de mester, os trabalhadores por

conta de outrem, a generalidade das mulheres, não eram alfabetizados. Por contrapartida, viver na cidade ou centro urbano e ser proprietário de bens móveis ou imóveis, empregador de outrem, correspondia genericamente a ser alfabetizado. De igual modo, ser mestre de ofício, ainda que exercendo por conta de outrem, tendia a corresponder a ser alfabetizado. Viver no mundo rural, é desde logo aumentar as probabilidades de analfabetismo. Porém, ser grande proprietário de bens imóveis, ou de outra forma de património, ser empregador e «responder» pelos destinos e sobrevivência de outros, correspondia a ser alfabetizado. Também desempenhar funções tipicamente marcadas pelo uso da leitura e da escrita, escrevões de diversas natureza e estatuto sócio-profissional, procuradores, secretários, correspondia, regra geral a uma iniciação e prática regular da leitura e da escrita. Desenvolver ou desempenhar funções com capacidade de decisão, nos domínios jurídico e económico-financeiro, traduzia normalmente um contacto próximo e regular, com profissionais da escrita, articulando toda a sua capacidade de pensar e decidir – informação, decisão, avaliação – a partir e com base numa racionalidade escrita (escrevível).

4. A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO: UMA «ARQUEOLOGIA DO SABER»

Tomando por base estudos empíricos para o Vale do Ave, pode estimar-se que, por meados do século XVIII, as taxas de alfabetizados masculinos, nas populações rurais do Norte de Portugal, oscilariam pelos 25%, no cômputo global de autóctones e residentes, podendo excepcional e conjunturalmente aproximar-se dos 50%. Ao que tudo deixa supor, no universo urbano a situação era mais favorável, nomeadamente no que se refere ao sexo feminino. Como conhecer, documentar e medir as capacidades e as competências alfabéticas e literárias? Como descentrar, tais competências que dizem respeito aos sujeitos e às suas formas de apropriação e de uso, dos processos e movimentos de alfabetização que dizem respeito essencialmente aos actos de ensinar e de aprender? Questões actuais mas cuja pertinência ganha maior legitimidade e razão de ser quando aplicadas no plano historiográfico. Com efeito, se em termos de Contemporaneidade, a escolariza-

ção e a cultura escolar se converteram em marcos básicos de alfabetismo, no plano histórico, a ausência ou a pouca representatividade de uma cultura escolar, podem inviabilizar o desenvolvimento de estudos críticos de alfabetismo. Paradoxalmente, a escolarização dos processos alfabetizadores, a universalização e o aumento de valências da cultura e da formação escolares, que não cessam de expandir-se desde a segunda metade do século XIX, podem gerar um enviezamento dos estudos sobre alfabetismo e alfabetização no Período Contemporâneo, uma vez que os instrumentos de análise e os próprios marcos teóricos e de referência tendem a inquerir a validade da cultura escolar e não as competências literárias dos sujeitos. O que tem aliás grande legitimidade, dadas as expectativas e a própria ofensiva da racionalidade escolar, nomeadamente junto dos sectores cultural e socialmente mais debilitados.

No plano historiográfico, o sinal mais universal e mais documentado no que respeita ao comportamento alfabético e literário dos sujeitos é a marca autográfica – a assinatura. É um registo gráfico com relevantes marcas de padronização no que se refere às dimensões pessoais, sócio-culturais e sócio-profissionais. Porém, qual a validade da assinatura como indicador de alfabetismo? Como inferir a partir da análise do traçado autográfico, níveis e competências literárias? A estas e outras questões metodológicas e instrumentais procurámos dar resposta na segunda parte deste trabalho. De facto, a assinatura em si própria sem uma observação sistemática de outras informações sobre o sujeito, por um lado, e sem um enquadramento no que se refere ao estilo e à evolução da ortografia, por outro, tem um valor historiográfico necessariamente reduzido, muito embora se demonstre que é a única marca autográfica que resta para a grande generalidade de alfabetizados. De igual modo a assinatura perde as suas marcas de contraste, à medida que se universaliza um processo normalizador dos traçados gráficos, nomeadamente a escolarização dos saberes e competências literárias básicas.

5. A ALFABETIZAÇÃO NO PORTUGAL DO ANTIGO REGIME: ENSAIO DE PERIODIZAÇÃO

Ensaio de uma periodização do processo de alfabetização dos Portugueses entre o século

XVI e a primeira metade do século XIX, pode admitir-se que a uma expansão da procura de aprendizagem e reforço da leitura e da escrita que marcou o século XVI, sucede um período de quebra e estagnação, acompanhando uma crise generalizada nos aspectos económico, político e cultural. Através de leis rigorosas, os monarcas procuraram obstar à emigração e à fuga de braços da agricultura, restringindo o ensino de latim nas pequenas vilas. A situação e o sentido da evolução tornaram-se de novo positivos a partir do último quartel do século XVII, acompanhando um período de acentuado crescimento populacional, uma vaga de reorganização nacional no plano administrativo e um reforço da Língua Portuguesa, dando sequência ao movimento da Restauração. Este movimento expansivo entronca directamente na política joanina das Luzes. O período de expansão interrompe-se com as gerações nascidas na primeira década do século XVIII e, por volta de 1730, a tendência evolutiva é já de uma descida acentuada no número de alfabetizados, acompanhando uma interrupção nas taxas de crescimento da população. É ainda com as gerações nascidas entre as décadas de 1730 e 1740 (gerações adultas ao tempo de Pombal) que o número de alfabetizados cresce rapidamente, atingindo um pico elevado por volta de 1760. O período final do século XVIII é de novo marcado por uma grande procura na alfabetização, a que não correspondem índices elevados no que se refere à prática da leitura e da escrita. Essas gerações, nascidas entre 1750 e 1760, sofreram os efeitos de uma certa desagregação das estruturas alfabetizadoras tradicionais na sequência da política reformadora pombalina, tardando a restabelecer-se o movimento de recuperação. É já a partir das últimas décadas do século XVIII e primeiras décadas do XIX, que volta a crescer a taxa de alfabetização. A Revolução de 1820 culmina um período de crescente procura de alfabetização, embora as primeiras décadas do Liberalismo venham a ficar marcadas pelo estigma de uma crise no desenvolvimento do sistema público de instrução e alguma refração por parte de certas franjas da população rural, em aderirem ao processo escolar. Por consequência, há de novo uma quebra no movimento de alfabetização, cuja inversão definitiva no sentido ascendente se viera a operar na transição para o último quartel do século XIX. Não obstante, em

meados do século XIX, a taxa de analfabetismo situava-se acima dos 75%, se referenciada a ambos os sexos.

Fazer referência a alfabetizados do Portugal do Antigo Regime, é trazer ao mundo da cultura escrita um conjunto muito amplo de leitores, assinantes/ escreventes cujas capacidades literárias se situam no limiar do analfabetismo, muito embora se revelem capazes de solucionar, pela via da escrita, ainda que com rudeza de traço e com falhas ortográficas, lexicais e sintáticas, parte das questões do seu quotidiano ou do quotidiano das suas comunidades. O desenvolvimento da escolarização tende a neutralizar, desvirtuar e aniquilar estas formas iniciáticas de alfabetismo.

6. AS INCERTEZAS DA ESCOLARIZAÇÃO

O desenvolvimento da escolarização de forma mais acentuada e sistemática a partir da segunda metade do século XIX, traduzindo-se numa racionalidade pedagógica e numa gramática do escolar que em pouco se altera até à actualidade, muito embora evoluam as condições de realização, não gera uma redução significativa das taxas de analfabetismo que, só em meados do século XX, baixam aquém dos 50%, nem se traduz na universalização da escolarização à população em idade em escolar. Factores de vária ordem têm sido aduzidos, num intento de explicar o fenómeno em si mesmo e por contraste com os restantes países mediterrânicos. No que nos move neste pequeno artigo, poderemos insistir na necessidade de não fazer corresponder os índices de escolarização aos índices de alfabetização. Mesmo pelo decurso do século XX, continuaram a existir sectores refractários à escola que no entanto iniciaram os seus filhos à leitura e à escrita de pequenas mensagens. Por outro lado, a frequência da cultura escolar, em parte ou na sua totalidade, não correspondeu necessariamente a uma mais-valia no quotidiano de boa parte da população, cujo quotidiano se pautava por uma racionalidade onde as incompatibilidades com a cultura escolar eram manifestas. Houve de facto incompatibilidades e resistências à homogenia escolar, não obstante, é em torno das dificuldades de acesso à escolarização, dimensionadas e interpretadas a partir das próprias crianças e

adultos, aculturados e acantonados nos seus contextos e locais de origem, que se torna necessário prosseguir os estudos sobre a alfabetização dos Portugueses desde a transição do Antigo Regime.

II

7. APRESENTAÇÃO/ COMPOSIÇÃO

O trabalho *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime. Um Contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal*, que corresponde a uma tese académica com o mesmo título, divide-se em duas partes, cada uma das quais constituída por três capítulos, funcionando a introdução de forma relativamente autónoma, enquanto a conclusão se refere sobretudo à parte segunda.

I Parte – Uma História da Alfabetização em Vias de Renovação

- A. Sobre a problemática histórica, sociológica e antropológica da escrita
- B. História da alfabetização – problemas, métodos, resultados
- C. Ler e escrever em Portugal no Antigo Regime

II Parte – Um Contributo metodológico e substantivo para a História da Alfabetização e da Escolarização no Mundo Rural do Antigo Regime em Portugal

- D. Problemáticas, fontes e método
- E. Aplicação e estudos de caso
- F. Da alfabetização à escolarização – estudos exploratórios

Os capítulos são, por seu turno, constituídos por diversos subcapítulos que se dividem em itens. Na I Parte, para além de uma sistematização, revisão e actualização de conceitos e de metodologias, para as questões gerais da alfabetização, alfabetismo e cultura escrita, sob o signo da complexidade, apresentam-se uma síntese da história e da historiografia da alfabetização no Mundo Ocidental para o Antigo Regime e uma síntese sobre Ler e Escrever em Portugal para o mesmo período. Uma inserção polémica, uma vez que este capítulo poderia funcionar como

ponto de chegada de toda a investigação; uma opção todavia fundamental para a clarificação metodológica dadas: 1) a necessidade de contextualizar e integrar de forma comparada a situação portuguesa num quadro historiográfico mais amplo; 2) a necessidade de distinguir uma abordagem historiográfica centrada nas questões da leitura e da escrita – sua significação histórica, processos, funções, agentes, meios e formas de apropriação e de uso –, abordagem essa acentuadamente dedutiva, embora com base empírica, de uma abordagem intuitiva, centrada nos sujeitos, seus níveis de apropriação da cultura escrita, seus comportamentos literários e formas de inscrição da cultura escrita no quotidiano.

De facto, esta inversão do objecto de estudo não apenas proporciona um alargamento e um aprofundamento do conhecimento do fenómeno, pela complexificação das variáveis em análise e pela abertura a novas fontes de informação, como torna possível a revisão do conceito de alfabetização (literacia), centrando-o por forma a englobar todas as manifestações, ainda que rudimentares, de uso e apropriação da cultura escrita no quotidiano das populações. Com efeito, mais significativo que partir de situações de escolarização, descendo para níveis intermédios de cultura escrita, é reconstituir e conferir propriedade e validade a processos e níveis rudimentares de alfabetização que durante séculos foram utilizados por parte significativa das populações, e que a escolarização acabaria por deslegitimar.

Esta abertura da investigação, cujos estudos de caso se apresentam na II Parte da referida tese, ganha por consequência segurança e legitimidade se confrontada com o que poderemos designar de ortodoxias da cultura escrita no Antigo Regime, as quais se estudam e apresentam com certo detalhe nas cerca de oitenta páginas do referido terceiro capítulo da I Parte – Ler e Escrever em Portugal no Antigo Regime.

A II Parte da tese abre com questões relativas à historiografia da alfabetização, em geral, para logo de seguida se remeter e centrar no caso português, e aqui para explicar detalhadamente as opções estratégicas, designadamente: 1) a opção pelo Mundo Rural; 2) a importância e as polivalências da metodologia de Reconstituição (demográfica) de Paróquias, nomeadamente como base de dados para a História da Alfabetização e

da Cultura; 3) as fontes de informação e a construção das séries de dados; 4) por fim um subcapítulo fundamental já que sem ele cairia por terra toda esta investigação, no qual se aborda o significado da assinatura como indicador de alfabetização e se apresenta e valida uma escala de assinaturas, como indicador de níveis de literacia. Uma validação feita por amostragem, em que após se haverem apresentado e comentado uma diversidade de escalas de assinaturas, sob o pressuposto da sua utilidade como instrumentos de análise e medição das manifestações e capacidades literárias dos sujeitos, se apresenta e valida uma escala autográfica com cinco níveis a que se fazem corresponder outros tantos níveis de alfabetismo, traduzindo um crescimento cumulativo das capacidades comunicacionais, linguísticas e autográficas.

Os estudos de caso reportam-se a três paróquias rurais: 1) S. Mateus – S. Caetano (1680-1850), no Sul da Ilha do Pico, Açores; 2) Ronfe (Couto), actual concelho de Guimarães; 3) Poiares, actual concelho de Freixo de Espada à Cinta. Para a extensão da análise, faz-se recurso de alguns estudos exploratórios, designadamente sobre a região vinhateira do Douro e sobre populações dos concelhos de Vieira do Minho, Celorico de Basto, Chaves, Guimarães. Já entrando pelo século XIX e procurando compreender a transição do Antigo Regime, retomam-se algumas investigações para a Póvoa de Lanhoso, Braga e Barcelos. Como se referiu, a conclusão reporta-se sobretudo à II Parte da tese pelo que se centra no caso português.

8. BREVE REFERÊNCIA AO ITINERÁRIO DE PESQUISA

8.1. *Conceitos básicos, problemática, método*

Este estudo para o Mundo Rural do Antigo Regime, desenvolve-se num quadro de reflexão que supera a estreiteza da identidade entre iletrados e ignorantes e entre escolarizados e alfabetizados, por um lado, e de compreensão sobre as implicações da cultura escrita, nos planos social e antropológico por outro.

No decurso dos três séculos do Antigo Regime, período histórico que, em linhas gerais, me-

deia entre o Renascimento e as Revoluções Liberais, e é caracterizado, do ponto de vista social, pelo prolongamento da estruturação tripartida da sociedade, embora sob o signo da mudança, quer as populações urbanas, quer as populações rurais do mundo ocidental estiveram sujeitas a um ou vários processos de alfabetização. No que se refere ao Mundo Rural, desde finais do século XVII que se constata a existência de taxas significativas de alfabetizados, cujos processos de alfabetização se desenvolveram sob influência de factores endógenos e exógenos.

A principal hipótese/problema desta investigação é de natureza múltipla e consiste em admitir que os processos de alfabetização surgem correlacionados com três tipos de variáveis: a) variáveis relativas ao contexto, ao local e ao tempo histórico; b) variáveis relativas à evolução do código linguístico, nomeadamente no que diz respeito à vernaculização e gramaticalização da língua e aos meios, necessidades e formas de mobilização da cultura escrita no quotidiano; c) variáveis relativas aos processos, oportunidades de acesso e práticas da cultura escrita por parte dos sujeitos e dos diferentes grupos sociais.

Operacionalmente, a investigação estrutura-se em torno de uma questão central: a níveis diferenciados de alfabetização correspondem desempenhos e níveis de inserção/participação social gradativamente diferenciados. Várias sub-hipóteses permitem, por seu turno, estruturar a complexidade da abordagem, tomando em atenção cada um dos diversos factores envolvidos.

1) Hegemonização de certos estratos sociais, em consonância com o rendimento económico e o desempenho de funções sócio-profissionais e administrativas com impacto social e reconhecimento cultural.

2) A escala de assinaturas, quando testada e aplicada a situações e contextos históricos definidos permite conhecer e explicar os diferentes usos e processos de apropriação das capacidades e práticas literárias.

3) O urbanismo e o elemento concelhio, funcionam como factores exógenos fundamentais. O elemento religioso, por seu lado, é em algumas circunstâncias um factor endógeno.

4) Para o Antigo Regime, o fenómeno da alfabetização funciona, quer no mundo rural, quer no mundo urbano, sob uma lógica de irradiação cultural, em regra de fora para dentro, mas auto-

-organiza-se no seio das forças vivas locais. A leitura e a escrita inscrevem-se nos destinos de vida e no quotidiano de uma parte significativa das populações rurais.

5) A transição das populações rurais e do «mundo rural» para a escolarização não parece operar-se de forma mecânica. A escola, enquanto projecto de instrução e de formação, apresenta-se como um factor extrínseco à própria realidade rural e sob uma vertente prática profundamente marcada, quer pelo factor urbano, quer pelo elemento estatal.

6) Tomando em linha de conta a dimensão antropológica do alfabetismo, nomeadamente as implicações dos actos de leitura e de escrita sobre o pensamento e acção, em que medida, mulher e homem, alfabetizado e não alfabetizado, se terão visto perante os mesmos problemas e idênticos desafios no seu quotidiano?

7) Enquanto a alfabetização é marcada por uma lógica de verticalização, que se traduz numa diferenciação/distinção que visa superar a dimensão de horizontalidade, tomando, frequentemente por modelo, os estratos sócio-culturais superiores, vulgarmente representados por grupos urbanos, ou sectores especializados, como sejam os eclesiásticos, os escrivães e tabeliães e profissões liberais, a escolarização é marcada por uma lógica de horizontalização, uma lógica de uniformização sócio-cultural, aos níveis básicos da comunicação escrita e dos meios de socialização.

A metodologia utilizada nesta investigação é de natureza quanti-qualitativa integrada e interdisciplinar, a partir de uma lógica interpretativa e de problematização. Privilegiam-se como base as fontes paroquiais e a Metodologia da Reconstituição Demográfica das Paróquias, proposta por Norberta Amorim. Uma segunda dimensão metodológica igualmente importante é a diferenciação dos métodos de iniciação à cultura escrita e a utilização criteriosa das marcas autográficas, como se referiu. O método tradicional de alfabetização mais frequente era o da soletração, pelo qual se aprendia primeiro a ler e só depois a escrever. É por consequência um método que sugere níveis de alfabetização. Num outro método de alfabetização, o aprendiz iniciava-se à leitura e à escrita através da escrita do nome próprio. O nível de alfabetismo indicia e é factor de integração das capacitações de leitura e de escrita.

8.2. *Contextos, informação e categorias de análise*

O esforço de compreensão do processo multissecular de aculturação, que enforma os processos de alfabetização, envolve, entre outros aspectos: a caracterização dos contextos sócio-culturais; a caracterização e definição do papel dos agentes intermédios, como sejam nomeadamente os próprios clérigos e os escrevões; uma contextualização e caracterização das funções e meios da cultura escrita; uma aproximação aos móveis geradores de procura e de alfabetização, por parte dos diferentes sectores sócio-profissionais.

Para o Mundo Rural, a paróquia, enquanto comunidade de base territorialmente demarcada, é um espaço de participação, comunicação e de relações de poder. A estrutura social da paróquia resente-se de fenómenos de hegemonização e capilaridade social. Nela, os elementos religioso e laico cruzam-se e complementam-se sob uma complexa dinâmica, histórica, de comunalidade, identidade, solidariedade (sobrevivência), auto-organização e comunicação. Uma diversidade de relações que sugere níveis diferenciados de alfabetismo e estruturas de alfabetização que não se prolongaram pela escolarização.

Realidade histórica, a paróquia converte-se em categoria historiográfica através da sua reconstituição demográfica que, em resumo, permite a identificação de todos os sujeitos naturais e residentes, organizados em cadeias genealógicas informatizadas e o estabelecimento das datas que marcam todos os actos existenciais. A Reconstituição Demográfica das Paróquias revela-se uma metodologia aberta à inovação e permite abordagens interdisciplinares e cruzamentos de informação.

As principais unidades de análise são por consequência, o indivíduo, a família, a paróquia, o grupo sócio-profissional e por fim, os alfabetizados.

O grau de representatividade dos estudos elaborados com base nesta complexa metodologia, varia em conformidade com a natureza das totalidades organizadas que servem de referencial. Com efeito, as projecções que se possam inferir, tomando a paróquia rural, na sua diversidade e demograficamente reconstruída, como referente básico, são de maior alcance que as inferências

retiradas de um grupo de alfabetizados, organizados designadamente a partir de um núcleo de testamentários. Também a possibilidade de cotejar grupos geracionais, grupos social e culturalmente diferenciados e fazer inferências a partir daí, se revela uma base de projecção com grande validade.

8.3. *Passos metodológicos fundamentais*

a) Criação e validação das escalas de desempenho sócio-profissional e de desempenho sócio-administrativo; escalas de assinaturas; escalas de alfabetismo.

As informações contidas nas bases de dados demográficas são complementadas com elementos de caracterização do nível autográfico dos sujeitos, circunstâncias de desempenho, funções e correlatos relativos nomeadamente ao estatuto sócio-económico.

b) Construção de séries de dados, cruzamento, análise. Cálculo de índices de frequência e de correlação. Inferências e construção do discurso historiográfico. Recurso à monografia, como principal forma de organização dos estudos de caso. Análise comparativa dos estudos de caso. Projecção das conclusões. Este programa investigativo permite, entre outros aspectos, responder não apenas à questão de saber quantos alfabetizados, mas também quem e em que circunstâncias e grau de capacitação acedeu à cultura escrita.

A história da alfabetização, mediante o recurso a este tipo de metodologias quanti-qualitativas, constrói-se com base numa problemática multidimensional que visa simultaneamente compreender e explicar a dimensão do fenómeno de alfabetização e as suas múltiplas implicações aos níveis cultural, sociológico, antropológico. A análise historiográfica desenvolve-se sob os planos vertical e horizontal, estabelecendo-se eixos que evoluem em sentido diacrónico e sincrónico. O estabelecimento de uma diacronia aponta para reflexões na longa duração e para ensaios de periodização que tomem em linha de conta a especificidade dos processos de alfabetização e a evolução dos sistemas de comunicação, nomeadamente da comunicação escrita. A observação desta multiplicidade de planos, carece da definição de unidades de análise com uma identidade histórica e geográfica, suficientemente represen-

tativas e estruturadas, cuja evolução histórica apresenta uma diversidade e uma complexidade de relações, onde o alfabetismo se cruza no âmbito de combinatórias multifactoriais. Uma unidade de análise que corresponde a uma totalidade organizada e que, apresentando uma identidade comunitária, não ofusque o indivíduo ou o transforme num elemento social, acéfalo e massificador. Daí as virtualidades da paróquia. Toda a dinâmica histórica do alfabetismo é elitizante e contextualizada. Não há alfabetismo em abstracto. Mas nem todo o alfabetismo é pragmático.

O alfabetismo é um factor de autonomia e de transferência de capacidades, no entanto, quer o nível de capacitação, quer o seu uso e desenvolvimento estão muito condicionados pelo contexto e pelas interacções. O mundo rural, evolui de forma lenta e as transformações são cumulativas, pelo que os prolongamentos entre a cultura oral e a cultura escrita, por um lado e os móveis, contextos e forma de abertura ao exterior, por outro, afectam profundamente os níveis de alfabetismo e conferem ao mundo rural uma especificidade, face ao mundo urbano. Dado tomar-se a marca autográfica como base de inferência para o nível de alfabetismo, privilegiam-se as fontes históricas que apresentem a evolução de conjuntos abrangentes e sistemáticos de assinaturas a fim de constituir séries de dados. Nesta investigação dá-se preferência às fontes paroquiais, porque para além de satisfazerem aquele requisito, podem ser cruzadas com as fontes notariais e fontes fiscais, designadamente.

8.4. Sobre a escala de assinaturas

O recurso às marcas autográficas como base de informação e de inferência sobre níveis de alfabetismo, é uma questão muito polémica. De facto, se por um lado se reconhece a natureza padronizável da assinatura e o facto de ser a marca mais difundida, os investigadores não deixam de colocar reservas quanto ao seu valor como fonte historiográfica. Assim se há historiadores que utilizam a assinatura como indicador dos níveis de alfabetismo e base de inferência de níveis de literacia, para outros a assinatura é apenas um elemento de contraste entre alfabetizado e não alfabetizado e para um terceiro grupo não passa de uma marca de afirmação social. No nossa investigação temos vindo a procurar potencializar a assinatura como fonte de informação, em si própria e como produto de uma aprendizagem e de uma realização contextualizadas e focalizadas num sujeito histórico. Tomada em si própria, a assinatura pode ser analisada quanto às seguintes dimensões (variáveis-critério): a) destreza e segurança do traço; b) correcção gramatical; c) traçado e ligação das letras; d) alinhamento e harmonia/equilíbrio de conjunto.

Mas a preocupação central dos estudos sobre alfabetização é a inferência das eventuais implicações e consequências do uso e práticas da leitura e da escrita por parte dos indivíduos; ou seja em que medida e por que meios tais capacidades de leitura e de escrita afectaram as suas formas de comunicação, as suas decisões e os seus rumos de vida; em que medida a sua maneira de pensar e agir reflecte um domínio integrado das capacidades de leitura e de escrita.

QUADRO 1

Escala de assinaturas	Escalas de níveis de alfabetização (engloba a de leitura e de escrita)
5) assinatura pessoalizada; criativa	5) fala/discursa, lê e escreve bem, com propriedade e estilo; comunica com persuasão;
4) assinatura caligráfica; estilizada	4) fala/discursa, lê e escreve com correcção/mestria; comunica com fluência;
3) assinatura completa; normalizada	3) fala/prática e lê aceitavelmente; escreve com incorrecções; comunica com propriedade e oportunidade;
2) assinatura incompleta; «mão guiada»	2) fala/prática e lê com incorrecções; assina o nome de forma rudimentar; comunica com propriedade;
1) sinal – assinatura	1) fala/prática e comunica com aceitabilidade/reconhecimento

Uma problemática que envolve (variáveis-contraste): a) questões de contexto; b) questões relativas aos sujeitos; c) questões relativas a métodos de iniciação alfabética; d) questões relativas à instrumentalização das práticas da leitura e da escrita; e) questões relativas a expectativas, usos e reforços das capacidades de leitura e de escrita.

A alfabetização (literacia) mede-se pela via indirecta, pelo que a marca autográfica da assinatura é tão somente um indício, muito embora o mais vulgar e padronizado. Uma variável que pode desempenhar a função de categoria articulatória e que ganha consistência na multifactorialidade.

Na nossa investigação, em que se tem vindo a privilegiar uma abordagem quanti-qualitativa, faz-se recurso a dois conjuntos de escalas, centrando-se um deles na combinatória contexto/função e o outro na combinatória autografia/alfabetização (literacia). Entre as escalas que constituem o primeiro conjunto incluem-se, entre outras, uma escala de funções sócio-profissionais e uma escala de funções sócio-administrativas. Por seu turno, o segundo conjunto é constituído pelas seguintes escalas que articulam no sentido de uma complexidade crescente: escala de assinaturas; escala de níveis de leitura e de escrita; uma escala de níveis de alfabetização. Sumariamente, estas escalas correspondem-se conforme mostra o Quadro 1.

9. CONCLUSÃO/ PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO

Os estudos sobre história da alfabetização em Portugal, designadamente para o Antigo Regime estão ainda numa fase embrionária. É um domínio do saber que não dispõe de fontes de informação privilegiadas, nem de uma metodologia definida. Um conhecimento que se constrói por vias indirectas e por aproximações sucessivas. O tratamento das marcas autográficas que constituem a informação mais difundida para a generalidade dos leitores/ escreventes do Antigo Regime, reveste-se de alguma complexidade e carece de uma vigilância acrescida quanto à sua validade. A construção do sujeito historiográfico, esse ente colectivo com identidade histórica, só é possível, no que concerne à história da alfabetização, sob uma lógica de multifactoriali-

dade e de alguma flexibilidade em função dos contextos, das práticas e das oportunidades e formas de apropriação e de uso da cultura escrita.

A tese que aqui se apresenta e cuja margem de rigor no tratamento da informação, aumenta com a sistematicidade assegurada a partir da metodologia da reconstituição de paróquias e de uma validação de uma escala de assinaturas, é também um programa de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA PORTUGAL

- Adão, A. (1995). *Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as Escolas Régias (1772-1794)* (2 Vols) (Tese de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Departamento de Educação.
- Barata, M. G. (1993). *Do Iluminismo ao Liberalismo. A caminho da homogeneização dos níveis de alfabetização e da criação de um mito: o alfabetizado* (Dissertação de Mestrado). Porto: Faculdade de Letras.
- Carvalho, E. (1993). *A alfabetização em Basto (Sta. Tecla), (Séc. XVIII-Séc. XX), Concelho de Celorico de Basto*. Odivelas: Instituto de Ciências Educativas.
- Coelho, F. A. (1895). Para a história da instrução popular. *Revista da Educação e Ensino*, 49-73, 97-121, 193-224.
- Coelho, F. A. (1916). *Cultura e analfabetismo*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Dias, J. R. (1982). *A educação de adultos – Introdução histórica*. Braga: Universidade do Minho, 3ª ed.
- Fernandes, R. (1980/81). Nascimento da educação de adultos em Portugal, Séc. XVII-Séc. XVIII. *O Instituto*, 140-141.
- Fernandes, R. (1993). Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal. *Colóquio, Educação e Sociedade*, 2, 115-144.
- Fernandes, R. (1994). *Os caminhos do ABC. Sociedade portuguesa e ensino de primeiras letras do Pombalismo a 1820*. Porto: Porto Editora.
- Grácio, R. (1981). Ensino primário e analfabetismo. In J. Serrão (Dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Vol. II). Porto: Livraria Figueirinhas.
- Grainha, M. B. (1908). *O Analfabetismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Magalhães, J. (1990). Alfabetização e funcionamento do Regime Liberal. Frequências de alfabetização da população Bracarense em 1836. *Revista Portuguesa de Educação*, 3 (1), 117-132; 3 (2), 119-133.
- Magalhães, J. (1991). Apontamentos sobre componentes estruturais da história da alfabetização. *Forum*, 9-10, 45-69.

- Magalhães, J. (1993). *A reconstituição de Paróquias como base de dados para a história da alfabetização e da cultura*. Comunicação apresentada no III Congresso de la Asociación de Demografía Histórica, UM, 22/24 de Abril.
- Magalhães, J. (1993). *Cultura escrita e missionação. Os estados dos Conventos Beneditinos do Brasil no Século XVIII*. Comunicação apresentada no International Standing Conference for the History of Education, Lisboa, 21-25 Julho.
- Magalhães, J. (1996). Um apontamento para a história da alfabetização e da educação de adultos nos Sécs. XIX e XX em Portugal. In *Educação de adultos em Portugal: Situação e perspectivas. Actas das Jornadas de «Educação de adultos em Portugal: Situações e perspectivas»* (pp. 83-102). Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Magalhães, J. (1994). *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um Contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação.
- Magalhães, J. (1994). *Estratégias educativas do Vale do Ave na transição do Antigo Regime*. Comunicação apresentada no V Colóquio Galaico-Minhoto. Universidade do Minho, Braga, 21 a 24 de Setembro.
- Magalhães, J. (1995). *Demografia e alfabetização no Vale do Ave na transição do Antigo Regime*. Comunicação apresentada no IV Congresso de la Asociación de Demografía Histórica, Bilbao, Espanha, 20/23 de Setembro de 1995.
- Magalhães, J. (1996). Linhas de investigação em história da alfabetização em Portugal – um domínio do conhecimento em renovação. In *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970 – Política, mentalidades, práticas educativas*. 1.º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Lisboa, 23-26 de Janeiro.
- Ramos, R. (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: Uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, 103-104, 1067-1145.
- Ramos, R. (1993). O método dos pobres: Educação popular e alfabetização em Portugal (Séculos XIX e XX). *Colóquio, Educação e Sociedade*, 2, 41-68.
- Reis, J. (1988). O analfabetismo em Portugal no século XIX: Algumas reflexões em perspectiva comparada. In AAVV (1988). *1.º Encontro de História da Educação em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Reis, J. (1993). O analfabetismo em Portugal no Século XIX: uma interpretação. *Colóquio, Educação e Sociedade*, 2, 13-40.
- Rodrigues, H. (1995). *Emigração e alfabetização. O Alto-Minho e a miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo.
- Silva, F. R. (1982). Níveis de alfabetização de Oficiais Administrativos e Judiciais dos Concelhos de Refojos de Riba d’Ave e da Maia, na 1.ª metade do séc. XVII. In *Separata de Actas do Colóquio de História Local e Regional* (pp. 307-336). Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.
- Silva, F. R. (1984). O Concelho de Gaia na 1.ª metade do séc. XVII. Instituições e níveis de alfabetização dos funcionários. *Gaya*, 2, 187-212.
- Silva, F. R. (1986). A alfabetização no Antigo Regime. O caso do Porto e da sua região (1580-1650). *Revista da Faculdade de Letras do Porto – História, II Série, Vol. III*, 101-163.
- Silva, F. R. (1991). Barroco e escolarização: Taxas de alfabetização no Porto nos inícios do século XVIII. In *I Congresso Internacional do Barroco. Actas* (Vol. 2, pp. 452-461). Porto: Reitoria da Universidade do Porto/ Governo Civil do Porto.
- Silva, F. R. (1993). História da alfabetização em Portugal: Fontes, métodos, resultados. In A. Nóvoa, & J. Ruiz Berrio (Eds.), *A história da educação em Espanha e Portugal – Investigações e actividades* (pp. 101-121). Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

RESUMO

O essencial do texto que aqui se apresenta, visa uma actualização da informação sobre o fenómeno e o perfil do alfabetizado no Antigo Regime centrado essencialmente no caso português, assim como uma pesquisa e discussão das questões metodológicas que nos facilitem a compreensão do objectivo antes citado.

Palavras-chave: Leitura, escrita, alfabetização, escolarização, literacia.

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to gather information about the phenomena and profile of the Portuguese Ancient Regime literate. We also expose and discuss some of the principal methodological problems that we could find in our research, and the way we tried to understand and solve them, in order to accomplish our main goal.

Key words: Reading, writing, literacy programmes, schooling, literacy.